

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia

Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)

Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700

<http://www.proac.uff.br/econ/graduacao>

esc@vm.uff.br

Editor: Luiz Fernando Cerqueira; lcer@uol.com.br; lfcerqueira@economia.uff.br.

**Liberalismo no discurso da imprensa
carioca: os jornais da
Rede da Democracia no governo
Goulart**

Aloysio Castelo de Carvalho

TD 294
Outubro/2013

Importantes jornais do país apoiaram o movimento civil e militar que desaguou no golpe de Estado em 1964 e deposição do presidente João Goulart. Um lado menos conhecido dessa articulação se deu em torno da Rede da Democracia, idealizada por João Calmon, deputado do Partido Social Democrático (PSD) e vice-presidente dos Diários Associados. Inaugurada no Rio de Janeiro em 25 de outubro de 1963, a Rede da Democracia era um programa comandado pelas rádios cariocas *Tupi*, *Globo* e *Jornal do Brasil*. Ia ao ar quase todos os dias e repercutia pelo país através de outras centenas de emissoras afiliadas. Os pronunciamentos difundidos pelas emissoras eram posteriormente publicados nos respectivos jornais: *O Jornal*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*.

Esse amplo sistema de comunicação de massa deu voz aos representantes políticos, militares, empresários, jornalistas, professores, intelectuais, sindicalistas e estudantes, possibilitando a articulação no campo discursivo dessas emissoras e jornais do Rio de Janeiro com partidos e grupos de oposição ao governo, principalmente com a União Democrática Nacional (UDN), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que financiava as campanhas eleitorais dos candidatos anticomunistas. Os pronunciamentos dos proprietários das rádios no dia da inauguração da Rede da Democracia deixam claro que o eixo central se deu em torno do combate ao comunismo, considerada uma ideologia totalitária que visava à desestruturação do regime representativo, com o fim dos mecanismos jurídicos que garantiam os direitos individuais, em especial os relacionados à liberdade e à propriedade.¹

Os representantes da imprensa do Rio de Janeiro haviam perdido a convicção no regime representativo, com seus diversos instrumentos constitucionais de limitação dos poderes, sobretudo após o plebiscito ter decidido pelo retorno ao presidencialismo em janeiro de 1963. A partir daí, uma coalizão forças, envolvendo trabalhistas e comunistas, passou a apostar na mobilização sindical com greves, manifestações de rua e ações políticas extra-institucionais a fim de pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base, em particular a reforma agrária. Apelos para intervenção militar tornaram-se constantes e foram acompanhados de um questionamento sobre os canais de representação da sociedade, num movimento de valorização da própria imprensa. Para investigar o modo de inserção assumido pelos representantes da imprensa liberal na crise no governo Goulart, analisamos o discurso adotado com relação ao lugar que eles próprios imaginavam ocupar naquele cenário político. Que

¹ OBJETIVOS da Rede da Democracia, desde ontem no ar: “Desmascarar a tentativa de eliminar a liberdade em nome da justiça social”. *O Jornal*, 26out1963, p.3.

papel os jornais cariocas atribuíram à própria imprensa naquele cenário de crise das instituições políticas representativas e questionamento do regime democrático?

O discurso de *O Jornal*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil* sobre o lugar da imprensa naquele momento de crise das instituições representativas teve como eixo a noção liberal de opinião pública.² Nosso estudo está orientado pela ideia de que os representantes da imprensa liberal carioca passaram a enfatizar a concepção publicista³ em detrimento da concepção institucional de opinião pública⁴, quando viram na participação direta das massas populares e na intervenção governamental orientada pelos valores igualitários os focos de desagregação do regime representativo e da ordem social capitalista. Os jornais cariocas percebiam as transformações no Brasil da segunda metade do século XX sob o ponto de vista de uma emergente sociedade de massa, o que implicou no resgate de uma noção já contemplada no século anterior pelos pensadores clássicos, qual seja, a de que a opinião pública pode também designar uma instância que ameaça as liberdades do indivíduo.

O trabalho investiga de que modo o discurso liberal se manifestou nos textos dos jornais *O Globo*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil*. A pesquisa adota o conceito de que o discurso é um campo de conflitos ideológicos onde uma mesma palavra pode tomar diversos significados. (ROBIN, 1977, p. 48.) Compartilha a proposição de que a “ideologia é um modo de fixar sentido” e contribui para “manter relações de dominação, isto é, relações de poder estabelecidas de forma sistematicamente assimétrica”. O sentido ao qual se refere é o “das formas simbólicas que estão inseridas nos contextos sociais e se manifestam num amplo espectro de ações, falas, imagens e textos produzidos por sujeitos e reconhecidos como construtos significativos”. (THOMPSON 2000, p. 54). Nessa abordagem, ideologia ganha a função de legitimar o poder e há inúmeras estratégias de construção simbólicas que podem servir para preservar relações de dominação, entre elas, a promoção crenças e valores em face de interesses opostos⁵

² A opinião pública passou a ter um papel decisivo e se “converteu no traço distintivo mais importante do regime político estabelecido pelo liberalismo, que se converteu assim em um regime de opinião, isto é, em um sistema de governo que se legitima pela opinião pública e que tem a opinião pública como critério e ponto de referência permanente”. Ver MUÑOZ-ALONSO, 1995, p. 52.

³ A concepção publicista enfatiza a imprensa como principal canal de manifestação da opinião pública. Na concepção publicista, a liberdade de imprensa é considerada um valor central. Ver MONZÓN, 1996, p. 331.

⁴ A manifestação da opinião pública articulada às ideias de soberania, vontade do povo, liberdades públicas e representação ganha um significado institucional. Ver MONZÓN, 1996, p. 331.

⁵ Thompson distingue cinco modos de operação da ideologia: Legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. A esses modos correspondem diversas estratégias de construção simbólica. Ver: THOMPSON, 2000, p. 81 a 89.

Colocamos em discussão os conceitos liberais de opinião pública e de liberdade de imprensa ⁶ na expectativa de ampliar a compreensão que os estudos históricos com base em análise de textos jornalísticos vêm oferecendo sobre o liberalismo na organização social e política brasileira. Além do tema da opinião pública e do papel atribuído à imprensa, procuramos analisar os juízos que foram emitidos sobre o Congresso, considerado a instituição central do sistema político na atribuição de representar os interesses sociais. Escolhemos como fonte os jornais O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil de setembro de 1961 a março de 1964, quando Goulart exerceu a presidência da República. Partimos do pressuposto de que os jornais O Globo, Jornal do Brasil e O Jornal se identificavam com o ideário liberal, de forte tradição na história política brasileira. Em termos gerais, eles expressariam o ponto de vista dos segmentos das elites e dos setores médios, de tendência liberal no campo econômico, mas conservador nos campos social e político, ao defenderem um regime representativo com participação restrita. Todavia, essas publicações imprimiram diferentes significados sobre questões políticas conjunturais, refletindo a diversidade no interior da ideologia liberal.

Uma das controvérsias se deu em torno da política externa independente que era apoiada pelo Jornal do Brasil e vista pelos jornais O Globo e O Jornal como a porta de entrada para o comunismo. Considerada uma ideologia totalitária, o comunismo trouxe para o centro do debate a questão da segurança nacional. Com Goulart na Presidência, acentuaram-se os conflitos de opinião sobre que papel os militares deveriam desempenhar naquele contexto de Guerra Fria, quando os dirigentes trabalhistas e comunistas encontraram a oportunidade nas condições democráticas para colocar em prática um programa popular de reformas sociais. Nesse quadro de debates sobre a extensão e o alcance das reformas, os textos jornalísticos apresentaram um diagnóstico sobre as Forças Armadas como instituição, assim como fizeram sobre o Congresso e a imprensa. O Globo e O Jornal desenvolveram a ideia de que a preservação da instituição militar encontrava-se ameaçada, revelando em seus textos uma constante associação entre a ativação política das massas populares, o maior envolvimento dos militares em questões políticas e o acirramento dos conflitos internos da nação.⁷ O diagnóstico de que as Forças Armadas eram o principal sustentáculo da Constituição e

⁶ A manifestação da opinião dos governados sobre assuntos políticos independentemente do controle do governo constitui, para Manin, um dos princípios do governo representativo. Além disso, o autor destaca também que as decisões públicas se submetem a um processo de debate. Esses princípios, por sua vez, se articulam com as garantias concedidas às liberdades de palavra e imprensa. Ver: MANIN, 2006, p.206 a 215.

⁷ CAMPO aberto. O Jornal, 27nov1962, p.4.

corriam risco de desintegração foi acompanhado pelas denúncias de politização das instituições militares a partir da infiltração comunista.⁸ Nesse ponto cabe uma observação: o acirramento dos conflitos internos de classes promovidos pelo comunismo e o papel histórico ou missão das Forças Armadas de preservação da ordem constituíam as questões centrais contempladas na Doutrina de Segurança Nacional, então eram aprimoradas na Escola Superior de Guerra.

As teorias sobre as guerras revolucionária formuladas pela ESG ganharam espaço público no governo Goulart e jornais como *O Globo* e *O Jornal* divulgaram um programa de ação contra o comunismo semelhante ao divulgado pela instituição militar, em favor das tradições conquistadas pela sociedade brasileira, diante das ameaças representadas pelas “Doutrinas exóticas, ... que corrompem as mentes dos estudantes e trabalhadores, semeando ódio, armando a violência”.⁹ Isso significa que os jornais passaram a valorizar a atuação da ESG, instituição militar que vinha pregando um novo papel para as Forças Armadas na organização da sociedade. Todavia, a avaliação de que a infiltração comunista era forte a ponto de estar causando a desestabilização das instituições, bem como o estímulo à intromissão dos militares na esfera política foram questões que distanciaram os jornais *O Globo* e *O Jornal do Brasil*, pelo menos na fase parlamentarista. Os três jornais declararam apoio à emenda parlamentarista após a renúncia de Jânio, vendo nesta decisão uma forma legal de conciliação para a resolução da crise. *O Jornal do Brasil* entendeu que a legalidade tinha triunfado diante da crise da renúncia de Jânio Quadros, quando a sociedade e instituições políticas reagiram à tentativa dos ministros militares de tutelarem a nação. Desse modo, valorizava o que o jornal definia como a manifestação da autêntica opinião pública do país, envolvendo as atuações da imprensa, do Congresso, dos partidos políticos e das associações da sociedade civil na resolução da crise que levou Goulart à presidência junto com a instituição do sistema de governo parlamentarista.¹⁰

O discurso do *Jornal do Brasil* em defesa de um modelo liberal representativo, equilibrado entre os interesses individuais e as exigências sociais correspondeu à adoção de uma linha editorial de apoio às reformas de base.¹¹ O *Jornal do Brasil* prestou apoio à reforma agrária com o argumento de que o país exigia mudanças nas estruturas sociais, na condição de

⁸ A intenção de 35 e a situação atual. *O Globo*, 22nov1961, p.1.

⁹ *O Globo* exaltou no seu editorial o discurso do professor Moniz de Aragão, patrono dos diplomandos da ESG no final do ano de 1962. ROTEIRO para 63. *O Globo*.31dez1962, p.1.

¹⁰ SILÊNCIO. *Jornal do Brasil*. 20set1961, p.6.

¹¹ REFORMAS. *Jornal do Brasil*, 20set1961, p.6.

que se realizasse pela via legal do entendimento parlamentar e no âmbito de um programa de estabilização econômica, com ênfase no controle da inflação.¹² Marcou posição contrária a de O Jornal na investigação da CPI sobre o IBAD, que acabou tendo suas atividades suspensas em dezembro de 1963. O Jornal do Brasil acreditava que as lideranças do PSD e da UDN estavam permitindo que o inquérito sobre o IBAD se transformasse numa farsa. Denunciava que era de conhecimento público a intervenção do IBAD na campanha eleitoral, despejando dinheiro para eleger políticos de vários partidos. Classificava o IBAD de “estranha organização” que tumultuava o debate político, se opunha às reformas de base e utilizava a luta contra o comunismo como um pretexto para exercer atividades antinacionais.¹³ Em contrapartida, O Jornal sustentava que o inquérito sobre o IBAD estava a “serviço de Moscou”, defendia sua ampliação de modo que investigasse as fontes de financiamento das campanhas dos deputados comunistas e classificava os diretores do IBAD de “homens de bem”.¹⁴ O Globo interpretava como demagogia a permissão do Congresso realizar a CPI do IBAD e IPES,¹⁵ “organismos que combatem o comunismo”¹⁶ e cujas “atividades são praticadas à luz do dia e com finalidades conhecidas e legítimas”¹⁷.

As divergências entre os jornais cariocas não impediram, entretanto, a definição de um campo comum de valores em torno de uma concepção de opinião pública. O fato de as mobilizações populares em favor das reformas sociais assumirem cada vez mais formas diretas de participação, sobretudo após o governo adquirir maior autonomia com o plebiscito de 1963, aproximaram as linhas editoriais desses jornais. O Jornal do Brasil cultivava a percepção também desenvolvida pelos jornais O Globo e O Jornal sobre a existência de dois campos de forças políticas com pretensões de falar em nome da sociedade brasileira. Os jornais viam-se participando do campo democrático e justificavam essa posição em defesa das tradicionais liberdades do país, encarnadas nas instituições representativas, através das quais se deveriam buscar alcançar um consenso político. Em contrapartida, os jornais reconheciam nos agrupamentos de esquerda a existência de uma tendência denominada de totalitária, embora essa tendência evocasse a ideia de soberania popular e até utilizasse também o termo democrático quando falava acerca do formato de um futuro regime socialista. Os jornais

¹² REFORMA agrária e inflação. Jornal do Brasil, 07fev1962, p.6

¹³ IBAD. Jornal do Brasil, 01jun1963, p.6.

¹⁴ ANDRADE, Theophilo. O IBAD e os outros. O Jornal, 08ago1963, p.6.

¹⁵ O seminário da subversão. O Globo, 01jul1963, p.1.

¹⁶ DINHEIRO do povo para a destruição do regime. O Globo, 29jun1963, p.3.

¹⁷ O seminário da subversão. O Globo, 01jul1963, p.1.

entendiam que esse campo acabava por negar a própria noção de opinião pública, uma vez que enfatizava não os meios institucionais de argumentação pública, mas a ação política direta voltada para ativar as massas como instrumento de pressão na definição das reformas sociais. Podemos observar com clareza essa percepção no editorial de *O Jornal* intitulado “Opinião Soberana”, no qual colocava o general Osvino Ferreira Alves na condição de um militar que era ligado a Goulart, desrespeitara as regras da corporação e se opunha à legítima noção de opinião pública. O então comandante do I Exército teria feito um pronunciamento de teor político dentro de um quartel após o plebiscito que definiu a volta do presidencialismo em janeiro de 1963. Segundo *O Jornal*, “a opinião pública que exprimia os autênticos sentimentos e ideais do povo brasileiro se manifestava pela imprensa, pelos discursos parlamentares e pelos comícios eleitorais”. Em oposição a essa opinião pública institucionalizada estaria a concepção de “opinião pública osviniana”, originada dos “ideais comunistas e articulada a organismos considerados ilegais como o Comando Geral da Greve.”¹⁸

Na visão de *O Globo* e de *O Jornal* havia uma opinião nacionalista radical que ampliava influência no aparelho do Estado, mais precisamente no interior do Exército, da qual fazia parte o general Osvino Ferreira Alves. Ele enquadrava-se naquele tipo que os representantes da imprensa liberal denominavam de general do povo, um militar de alta graduação que valorizava o contato direto com a tropa e identificava-se com os ideais nacionais populares. (ABREU, 2001, p.181). O país experimentava ainda os reflexos dos resultados das eleições de outubro de 1962 e do plebiscito de janeiro de 1963 quando *O Jornal* escreveu o editorial sobre o general Osvino. A vitória dos setores que defendiam a volta do presidencialismo com maiores poderes para Goulart somou-se aos resultados favoráveis alcançados pelos trabalhistas no pleito de 1962. O principal beneficiado das eleições de outubro de 1962 foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que elegeu 116 deputados, tornando-se o segundo partido nacional em termos de cadeiras no Congresso Nacional. (D’ARAUJO, 1994, p.61). Todavia, o crescimento do PTB não significou uma alteração radical no equilíbrio de forças no interior do Congresso. A UDN e o PSD juntos alcançaram 54% das cadeiras. (FERREIRA, 2003, p.360).

As eleições de 1962 também motivaram *O Globo* a desenvolver uma avaliação do sistema político, vendo nas instituições o campo legítimo de manifestação da opinião pública.

¹⁸ OPINIÃO soberana 11abr1963, P.4.

Ao estimular uma “vasta mobilização das correntes de opinião pública, dentro e fora dos partidos”, as eleições constituíam para o jornal “o instrumento através do qual se executa a regra da temporariedade dos mandatos públicos. Neste editorial, O Globo resgatou a trajetória do processo eleitoral brasileiro. Não deixou de reconhecer que no “Brasil, até 1930 as práticas de coação tornavam uma farsa as eleições”. Estas não representariam a vontade popular, pois com o “sufrágio a descoberto, falhava uma das garantias fundamentais para a sua pureza – o sigilo.” Em seguida, assinalou que nas lutas no interior da “Aliança Liberal, matriz da revolução de 30”, estava a razão do não cumprimento de uma bandeira extraída do “lema de Assis Brasil – Representação e Justiça”.¹⁹

O Globo se refere no texto à Justiça Eleitoral criada em 1932 sob o impulso da Revolução de 1930 que tinha entre suas bandeiras a moralização das eleições, sintetizada no binômio cunhado por Assis Brasil, "representação e justiça". Com a organização da Justiça Eleitoral, os poderes Executivo e Legislativo foram afastados da administração e do controle do processo eleitoral, e as Câmaras Legislativas perderam a prerrogativa da verificação dos mandatos. Embora tenha sido extinta no Estado Novo, a Justiça Eleitoral foi novamente instituída com a Constituição de 1946, o que levou O Globo a reconhecer na organização do processo eleitoral originado com a Constituição de 1934 um aperfeiçoamento do regime representativo. Em oposição ao que O Globo via como expressão da opinião pública institucionalizada através das eleições, partidos e representação política estariam os líderes de esquerda identificados pelo jornal com o comunismo e com a política de ativação das massas. No centro dos ataques esteve Leonel Brizola que de fato resumia de forma dramática as ambiguidades das lideranças trabalhistas de esquerda, divididas entre os métodos de mobilizações de massas e a utilização da representação institucional para pressionar o governo em favor das reformas de base.²⁰

O crescimento das atividades sindicais e das greves por melhorias salariais pode ser tomado como um claro indicador de que os trabalhadores reivindicavam ter voz sobre as decisões do governo. Na percepção dos jornais havia uma forte conexão entre o crescimento das atividades sindicais e a postura de omissão do governo, que estaria disposto a ampliar sua base social para impor o programa de reformas de base e, assim, consentia diante da atuação

¹⁹ A paz interna ou a subversão. O Globo, 25abr1962, p.3.

²⁰ ANDRADE, Thephilo de. Missão libertária, O Jornal, 22mai1963, p.4.

das lideranças trabalhistas e comunistas consideradas radicais na orientação das reivindicações sociais. Dessa forma, os jornais cariocas centraram seus ataques no CGT, entidade que via na greve uma forma legítima de pressão. Criado em agosto de 1962, o CGT se dizia favorável a um governo nacionalista e democrático e era integrante da Frente de Mobilização Popular, liderada por Brizola. Em diversos editoriais os jornais alertaram para o caráter ilegal do CGT e costumavam invocar Rui Barbosa na defesa da ordem constitucional.²¹, entendendo que a entidade era um instrumento político ilegal do detentor do Executivo, ora submetido às suas ordens, ora pressionando este poder.²² A disputa para monopolizar a representação da opinião pública acabou levando O Jornal e O Globo e também o Jornal do Brasil a imprimirem uma conotação negativa à emergência de uma opinião concorrente manifestada pela mobilização social dos setores sindicais no cenário político. Assim, perguntavam: “Que pretendem os dirigentes sindicais? Acham, por acaso, que estão em condições de conquistar o poder? (...) A nação não quer a luta de classes.”²³ Os jornais entendiam que a maior participação dos setores populares, trabalhadores da cidade e do campo, estimulada pelas lideranças de esquerda era um confronto às tradicionais instituições. Há semelhanças entre os textos dos jornais cariocas e o pensamento de representantes do liberalismo europeu do século XIX, que atribuíram uma conotação negativa ao ingresso das massas no cenário social e político e sinalizaram para os perigos do totalitarismo. É possível ver afinidades dos textos jornalísticos cariocas com o pensamento de Ortega y Gasset, autor preocupado em evitar o que denominava de ausência de opinião pública e, conseqüentemente, seu preenchimento pela força bruta representada pela ação das massas. (GASSET, 1987, p.37). .O filósofo espanhol dá ênfase à noção de conformismo, como característica de uma sociedade na qual a participação direta das massas pode se desdobrar na instauração de regimes despóticos de tipo “cesarista”. (COHN.,1973, p.64).

Até aqui vimos exemplos de práticas discursivas que aceitavam o conflito de opiniões como fundamento das decisões políticas, desde que as opiniões não tivessem origem nas formas de mobilização popular e não se contrapusessem aos poderes instituídos e às regras que preservavam a democracia formal. Nas concepções de opinião pública que foram divulgadas pelos jornais cariocas verifica-se a existência de dois campos. De um lado, o Legislativo, os partidos, eleições, instituições que compõem o quadro de representação

²¹ FIDELIDADE. Jornal do Brasil, 9abr1963, p.6.

²² CGT ilegal, Jornal do Brasil, 8dez62, p.6.

²³ PREGOEIROS da desordem, Jornal do Brasil, 12jul1962, p.6

política, considerados meios legítimos, assim como a imprensa de natureza privada, defensora da economia de mercado, comprometida com uma opinião que não politizasse o espaço social e ameaçasse a ordem dominante. Em contrapartida, as organizações sindicais não reconhecidas legalmente como o CGT, as greves e mobilizações sociais principalmente nas ruas, de conteúdo político que desafiassem a ordem estabelecida, bem como as frentes políticas como a Frente de Mobilização Popular e lideranças consideradas populistas, ganham um caráter de ilegitimidade como canais de expressão de opinião coletiva.

O reconhecimento do Legislativo como instituição central do regime representativo não impediu, todavia, o questionamento da atuação do Congresso como o lugar do debate e negociação dos diferentes projetos políticos. Os textos jornalísticos manifestam a percepção de que era baixa a funcionalidade da instituição no sentido da resolução das reformas de base. No novo sistema de governo adotado para limitar os poderes presidenciais, esperava-se que o Congresso desempenhasse de fato o papel de contra-poder ao Executivo, assumindo mais enfaticamente as iniciativas governamentais. O fato de o Congresso não preencher tais expectativas motivou os jornais cariocas a vê-lo como uma instituição que “*vivia o paradoxo de governar a Nação e..., sofrer um constante desgaste que o inibe de levar avante as decantadas reformas de bases...*”²⁴ Após as crises dos gabinetes parlamentaristas, avaliava-se que a ineficiência das atividades dos representantes políticos explicava a falta de credibilidade do Legislativo. O projeto de Lei de Remessa de Lucros era condenado e os projetos de Reforma Agrária, Eleitoral e Tributária, embora fossem considerados de extrema urgência, estariam “*dormindo na gaveta dos relatores, ou paralisados pela ausência de uma firma vontade para tocá-los adiante no Parlamento*”.²⁵

A reforma agrária se transformou no tema mais conflituoso das reformas de base, dando substância ao argumento de que o “*Congresso não está mais cumprindo o seu dever*”. A omissão do Congresso foi também detectada por ocasião do anúncio, já no ano de 1964, do decreto preparado pela Superintendência de Política Agrária sobre a desapropriação de terras. O decreto de desapropriação, visto como um recurso político que faria parte da desestruturação do regime em que o Executivo invadia as atribuições do Legislativo. Este processo institucional com base em decretos-lei estaria sendo acompanhado de mobilização das “*cúpulas sindicais ilegais*”, “*de propaganda em torno de ideias subversivas... destinada a acovardar a burguesia nacional*”.²⁶ O fato de não reagir contra o abuso de poder do

²⁴ PANORAMA, Jornal do Brasil, 31dez1961, p.6.

²⁵ OMISSÃO sistemática, O Jornal, 23abr1962, p.4.

²⁶ THEOPHILO, Andrade. Vigília Cívica do Congresso. O Jornal, 21jan1964, p.4.

Executivo colocava o Congresso, segundo *O Jornal*, na condição de uma instituição que estava contemporizando com a subversão do regime.²⁷ Como poder soberano, o Congresso, segundo *O Jornal*, deveria reagir “*diante da mensagem do presidente da República, propondo reformas em termos cominatórios...*”.²⁸ A falta de vontade política reformista no Legislativo era, para o *Jornal do Brasil*, a causa do impasse na instituição, problema que remetia à crise de representatividade da classe política, “*do presidente da República ao raro militante partidário, em geral desorientado por um diálogo político de baixo índice racional*”.²⁹

A desqualificação do Congresso apareceu associada à avaliação de que a instituição legislativa estava coagida por forças localizadas no próprio executivo e pelas mobilizações sindicais. Desse modo, acabava-se por sugerir que a tendência à paralisação das atividades legislativas, encontrava sua razão não só na falta de articulação e negociação entre os parlamentares, mas, sobretudo, no crescimento das pressões externas à instituição, originadas da maior participação dos setores sociais liderados pelos trabalhistas e comunistas. A coação exercida sobre setores da sociedade através de greves, paralisando as atividades produtivas, se desdobrava no plano do sistema político com as mobilizações que ameaçavam às liberdades das atividades legislativas, desequilibrando o “*jogo dos pesos e contrapesos do regime.. que protege e alicerça as instituições democráticas*”.³⁰

Os jornais cariocas avaliavam que as ameaças ao equilíbrio entre os poderes e às liberdades se originavam tanto da ação revolucionária das massas quanto do intervencionismo do Estado. Eles condenavam as ações diretas manifestadas na participação sindical e na ativação popular, que eram consideradas uma coação e estariam tendo efeitos de intimidação sobre as instituições representativas, em particular sobre o Congresso. A mobilização sindical e popular estaria sendo orientada pelos comunistas e trabalhistas e incentivada ou pelo menos tolerada pelo governo, fornecendo as bases sociais para a implantação de um regime totalitário. Nos textos jornalísticos é forte a identificação da expressão totalitarismo com comunismo para designar uma prática de domínio absoluto do Estado sobre a sociedade, caracterizada pelo desprezo das tradicionais instituições liberais representativas. No intuito de alimentar tal diagnóstico, o articulista de *O Jornal* desenvolveu uma interpretação em defesa do “Contrato Social” de Rousseau, enfatizando as liberdades individuais em detrimento das questões da soberania popular, da igualdade social e da vontade geral.

²⁷ RESSURREIÇÃO do Congresso. *O Jornal*, 29mar1964, p.4.

²⁸ RESISTIR para não acabar. *O Jornal*, 17mar1964, p.4.

²⁹ REPRESENTATIVOS e aptos. *Jornal do Brasil*, 31jan1964, p.6.

³⁰ EM defesa do Congresso. *O Jornal*, 21jun1962, p.4

“Colocada a questão nestes termos, vemos quão atual continua sendo Rousseau. Porque o que pregava era a necessidade de organização social. Isto é, do Estado respeitar o indivíduo e a sua liberdade. É este o grande problema do século XX, quando vemos que, em nome da igualdade, foram criados os Estados comunistas em que o indivíduo desaparece, reduzido que foi a simples peça de uma máquina governada por uma burocracia toda poderosa. O Estado totalitário de hoje (fascista ou comunista) é muito mais poderoso e tirânico do que o Estado dos reis absolutos, contra que pregou Rousseau(...)”³¹

A mensagem é clara. A voz que defendeu o respeito ao indivíduo e sua liberdade diante do Estado nos tempos dos reis absolutos se mostrava atual na luta contra a tirania moderna, identificada com o totalitarismo comunista. Em questão, uma disputa pelo legado de Rousseau, já que o artigo de *O Jornal* seguia uma linha editorial de ataque à esquerda revolucionária brasileira identificada com a defesa da democracia direta. Outro artigo sobre Rousseau publicado no jornal *O Globo* explica que vontade geral é mais do que a soma das vontades individuais e observa que o filósofo não admite os representantes ou deputados na posição de intermediários entre a vontade geral e os funcionários executivos. Rousseau não admite a existência do “parlamento, do poder legislativo”, pois “sendo a lei a declaração da vontade geral”, “o poder legislativo, o povo, não pode ser representado”. O artigo exalta a atualidade do “Contrato Social e, enquanto para “muitos ocidentais é o livro mais perigosamente revolucionário”, “para os russos e para os chineses, se o deixassem de ler, seria uma alegação contra-revolucionária, porque destruiria os alicerces de suas ditaduras totalitárias”.³²

No crescimento do poder do Estado centralizado, burocratizado e no maior poder de ação das massas, se encontravam as duas principais tendências do cenário político brasileira no governo Goulart que, previam os jornais, desaguardaria num tipo de tirania ou despotismo político. As ações diretas das massas, bem como um tipo de estado intervencionista submetido às suas vontades se apresentavam como perigos para a civilização, tal como formulado por Ortega y Gasset. Assim, os jornais sugeriam as questões que deveriam ganhar prioridade na agenda de oposição ao governo, visto como incapaz de impedir a expansão da ideologia comunista. Na linha de interpretação que enfatiza os perigos para a civilização e a cultura da liberdade na moderna sociedade brasileira, *O Jornal* publicou um artigo no qual via a decadência dos debates parlamentares no Brasil, tanto nas Assembleias estaduais, quanto no

³¹ Theophilo de Andrade. O Contrato Social. O Jornal, 02set1962, p.4.

³² ZULUETA, Luís de. “O Contrato Social: um ideal inatingível que ainda influencia o mundo”. O Globo, 30jul1962.

próprio Congresso. A queda da eloquência parlamentar constituiria, segundo o artigo, um fenômeno mais amplo da sociedade massificada, dominada por demagogos e evidenciaria o declínio da cultura de liberdade, compreendida como uma paixão e uma modalidade de atividade política, característica dos espíritos mais elevados, que colocava a consciência individual em contato com os interesses públicos.³³ No âmbito do pensamento liberal devemos ainda recordar que Mill também reconheceu na moderna sociedade um crescente nivelamento social. Mill chama a atenção que os perigos do despotismo social representariam apenas uma parte dos problemas que desafiavam o mundo civilizado. A cultura da liberdade estava ameaçada pela possibilidade do despotismo político. As opiniões das massas e o crescimento da ação dos governos, como manifestação política do sentimento dominante das massas, colocavam em risco a expressão da individualidade criativa (Mill,1991:48).

A reação à ampliação dos espaços institucionais de manifestação da opinião pública, no sentido de preservação das regras que limitavam a expressão da opinião popular, foi a marca do discurso dos representantes da imprensa liberal no governo Goulart. *O Jornal* condenou o direito de voto para os analfabetos no âmbito da reforma política, argumentando que faria parte de um programa socialista de governo.³⁴ Na concepção de *O Jornal*, não se justificava “*dar direito de voto aos analfabetos, quando os semi-analfabetos já votam tão mal, por falta de discernimento, que levaram ao parlamento deputados russos*”.³⁵ Assim também repercutiu o texto do *Jornal do Brasil* que manifestou o receio da universalização do direito de voto, num país em que a população atingia 70 milhões, mas apenas 18 milhões votavam. *O Jornal do Brasil* publicou em primeira página o resultado de uma pesquisa realizada em parceria com a Marplan, Pesquisa e Estudos de Mercado, afirmando que “*a maioria do povo do Rio de Janeiro era contra o voto do analfabeto*”.³⁶ Na concepção do jornal “*(...) a ampliação do caráter representativo da “democracia, consegue-se... pela alfabetização e não pela universalização do sufrágio dos analfabetos. Assim, procedem os países civilizados.*”³⁷ O analfabeto não era visto em condições de definir os seus interesses de forma autônoma, de realizar uma escolha racional e sua “*incapacidade cultural constituirá um campo propício à fraude, à corrupção e à coação, aumentando os riscos do sistema eleitoral*”³⁸

A resistência à universalização do direito de voto é um claro indicador de que

³³ ANDRADE, Theophilo. Eloquência e liberdade. *O Jornal*, 4jun1963, p.4.

³⁴ REFORMAS de Base. *O Jornal*, 14mar1963, p.4

³⁵ ANDRADE, Theophilo. Bolchevização do PTB. *O Jornal*, 21mar1963, p.4.

³⁶ MAIORIA do Rio é contra o voto do analfabeto, revelou a 8ª pesquisa JB-Marplan. *Jornal do Brasil*, 7mai1962, p.4.

³⁷ FRENTE institucional. *Jornal do Brasil*, 22dez1963, p.6.

³⁸ ABRANCHES, Carlos A. Dunshee de. Contra o voto do analfabeto. *Jornal do Brasil*, 2fev1964, p.6.

os jornais pretendiam preservar a natureza excludente das instituições políticas. Dessa perspectiva, podemos entender o discurso adotado pelos representantes da imprensa liberal, desacreditados nas instituições da democracia, quando as tradicionais esferas de formação de opinião pública sofriam concorrência não só através da maior participação dos setores populares, mas também de um Estado que, sob o governo Goulart, assumiu uma política de conteúdo nacional e reformista e justificava a intervenção nos domínios econômico e social em nome dos interesses do povo. Compartilhamos da posição de que a intensificação ativação política das camadas populares, somada à existência de um governo que carecia de legitimidade em setores das classes dominantes, agiu como catalisador de uma reação conservadora no âmbito dos liberais brasileiros, sempre dispostos a exercer forte controle no plano social de modo a garantir, no plano das decisões políticas, um acordo reservado entre as elites. O liberalismo, apesar de constituir um forte traço do funcionamento das instituições brasileiras, revela claros limites em direcionamento à democracia. A contestação dos resultados eleitorais, as reservas quanto à extensão da participação nas decisões e o apelo à intervenção militar constituiriam, segundo Maria Victoria Benevides, traços evidentes da prática liberal representada pela UDN, que justificava o golpismo em nome do liberalismo. Não há como separar as rupturas institucionais apoiadas pelos udenistas da crença difundida pelos liberais na superioridade das elites, na imaturidade do povo para votar e na identificação das reivindicações sociais com a anarquia. Os limites impostos à incorporação de novos atores sociais e políticos na arena decisória fazem parte da herança liberal. O resgate da tradição liberal conservadora, expressada pela ideia de uma democracia de feição elitista, é um dos pontos do documento de fundação da UDN, o “Manifesto Mineiro”, cujas fontes de inspiração seriam, entre outros, Tavares Bastos, Rui Barbosa e Assis Brasil. (BENEVIDES, 1981, 241).

O resgate de alguns momentos da história do liberalismo brasileiro no período republicano nos deu elementos para apresentar a seguinte questão. No âmbito de uma cultura de tradição elitista que impõe restrições ao acesso da vontade popular às instituições políticas e vê com desconfiança a representação política, que papel O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil atribuíram à própria imprensa no governo Goulart? Nossa proposição é a de que ocorreu uma valorização do modo de representatividade expressado pela imprensa em detrimento da representatividade institucional. Ocorreu por parte desses órgãos jornalísticos uma exaltação da própria imprensa como modelo de instituição representativa da opinião pública, porque se viram mais comprometidos com a preservação da ordem social liberal. Os jornais cariocas construíram uma imagem positiva da imprensa em detrimento da divulgada

sobre o Congresso. Passaram a exaltar a imprensa como campo privilegiado para debater os rumos do país e conferiam a ela um lugar estratégico como contrapeso a um governo que preconizava maior intervenção do Estado, estaria se mostrando omissos diante da infiltração comunista e se dispunha a estimular a ação política das massas. Os jornais se colocaram na posição de porta-vozes autorizados e representativos de todos os setores sociais comprometidos com uma opinião que preservasse os tradicionais valores da sociedade brasileira ancorados na defesa da liberdade e da propriedade privada. É possível detectar, desde os momentos iniciais do governo, o discurso que enfatiza o papel de resistência da imprensa, como no caso da votação em novembro de 1961 pela Câmara dos Deputados da Lei de Remessa de Lucro. Segundo O Jornal, a instituição parlamentar teria “praticado um ato de suicídio perante à opinião pública”... “Sucede, porém, que as forças de defesa da república ainda não se renderam ao comunismo, como acaba de fazê-lo a maioria da Câmara dos Deputados. Basta que se leiam os jornais de todo o país, depois da votação da lei amaldiçoada”³⁹ A exaltação do papel da imprensa como autêntica representante da opinião pública fica nítida quando o foco da crítica se volta para o PSD, a UDN que, pelo seu programa, deveriam assumir a oposição à política externa do governo, mas “estão traindo o seu eleitorado e conspurcando a nobre bandeira de vigilância pela liberdade”.⁴⁰ Enquanto “a imprensa livre e democrática adverte e mostra os erros...os partidos políticos..., continuam inertes, remetidos a completo silêncio, abonando... o processo de destruição política e moral do regime.”⁴¹ Para reafirmar o papel da imprensa como canal privilegiado de manifestação de uma opinião pública insatisfeita com os rumos políticos do país, diante de um Parlamento qualificado de “hesitante e tartamudo”⁴², O Jornal tomou como exemplo o governo americano que “é sensível à opinião pública e se deixa conduzir pelas suas reações. Congresso e Poder Executivo não ousam nunca contrariá-la, temendo republicanos e democratas os seus pronunciamentos nas urnas”. A fim de dar consistência ao argumento, O Jornal evocou os autores clássicos, afirmando que “De Tocqueville e Lorde Bryce mostraram como...nos Estados Unidos os governos condicionam invariavelmente as suas decisões aos resultados da auscultação da vontade e do sentimento do povo, rigorosamente traduzidos pela imprensa”.⁴³

³⁹ TRAIÇÃO à democracia e ao Brasil. O Jornal, 5dez1961, p.4

⁴⁰ SUA alma, sua palma. O Jornal, 18jan1962, p.4

⁴¹ COVARDIA e incapacidade. O Jornal, 31jan1962, p.4

⁴² GALERA egípcia. O Jornal 12mai1962, p.4.

⁴³ O Brasil e a opinião americana. O Jornal 2mar1962, P.4.

Na concepção dos representantes liberais, a imprensa deveria desempenhar o papel central na regeneração das instituições, tendo em vista que as liberdades estariam ameaçadas com as políticas do governo, identificadas com um programa intervencionista, de conteúdo socialista. Numa homenagem ao centenário de nascimento de Julio Mesquita, Roberto Marinho reproduziu o texto do jornalista de *O Estado de São Paulo* ao reconhecer que “*A República não é isto que aí está: ...tudo isto é a contrafação da República, não é a República de nossos sonhos*”. Decorreu desse diagnóstico um movimento de exaltação da imprensa para se contrapor a um governo que, segundo *O Globo*, buscava através das reformas de base impor a igualdade social, política e econômica. Segundo o jornal, “*mais do que nunca cresce de importância a missão da imprensa... da imprensa livre, democrática, cristã, da verdadeira imprensa brasileira de que é expoente O Estado de São Paulo.*”⁴⁴ Assim, *O Globo* conferiu uma missão política para imprensa diante de uma República que se desestruturava na perspectiva liberal conservadora. Tratava-se de garantir a reprodução dos valores dominantes na sociedade brasileira encarnados na defesa da iniciativa privada e no modelo de regime representativo defendido pelos jornais. Em pronunciamento pela Rede da Democracia, Roberto Marinho pediu que se atendesse o “*apelo da Sociedade Interamericana da Imprensa...de sua Comissão de Liberdade de Imprensa que exortou os jornalistas do continente a que detenham... o avanço comunista na América*”⁴⁵. Nesse ambiente de apelos anticomunistas, o tema da liberdade de imprensa ganhou destaque em diversos editoriais dos jornais cariocas para persuadir o público não só de que a imprensa de natureza privada estava ameaçada pelas práticas do governo, mas de que estava sendo pavimentado o caminho para um tipo de despotismo, o que colocaria em risco todas as outras liberdades.

Os representantes da imprensa liberal carioca não apenas se auto-afirmaram no campo da representação em relação ao Legislativo, mas sua investida contra o Executivo ganhou um caráter específico manifestado através da defesa da liberdade de imprensa, que se constituiu no eixo discursivo dos jornais com o objetivo de valorizar a própria imprensa como canal privilegiado de expressão da opinião pública. Articulada num clima de desconfiança da representação política, a bandeira da liberdade de imprensa agendou o tema do intervencionismo do Estado em todos os campos da vida social e, conseqüentemente, ampliou o debate público sobre o suposto caráter autoritário do governo. A Rede da Democracia originou-se dessas duas frentes de conflitos travados no campo da imprensa, que envolveram o Legislativo e o Executivo.

⁴⁴ MARINHO, Roberto. *O Globo*, 1set1962, p.3.

⁴⁵ MARINHO, Roberto. *Bandeira, democracia e liberdade*. *O Globo*, 19nov.1963, p.1.

Um dos temas mais divulgados pela Rede da Democracia, que revela registros de intensa atividade até meados de março de 1964, foi o da reforma agrária, compreendida em diversos pronunciamentos como um pretexto para se alterar a Constituição e o direito de propriedade, considerado a base do regime representativo. A oposição ao projeto de reforma agrária do governo, sobretudo nos meses que antecederam o golpe, apareceu vinculada à ameaça comunista, ideia que esteve presente na grande maioria das matérias publicadas e nos pronunciamentos veiculados pela Rede da Democracia. A luta anticomunista foi transformada numa questão de segurança nacional, a partir do argumento de que uma guerra revolucionária se espalhava pelo país. Isso explica a prioridade dada no campo discursivo às alianças com os militares e o apelo para que as Forças Armadas interviessem no Estado.⁴⁶

No início do artigo nos perguntamos sobre o papel que O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil atribuíram à imprensa no governo Goulart, naquele cenário de crise das instituições políticas representativas e questionamento do regime democrático. Diante das pressões sociais sobre o sistema político e da avaliação de que o Congresso encontrava-se paralisado, os jornais entenderam que a instituição legislativa, fragmentada e sofrendo os reflexos da polarização política e ideológica, perdera a condição de lugar central onde se desenvolvia uma argumentação voltada para a defesa dos tradicionais valores da sociedade brasileira. Ao não tomar a iniciativa de negociar e aprovar um projeto alternativo de reformas sociais, o Legislativo não estaria cumprindo a função política de contrapeso às investidas do Executivo, que ameaçavam os direitos de propriedade privada.

No âmbito da interpretação em que os representantes da imprensa liberal pretendiam ser reconhecidos como a principal expressão legítima da opinião pública, porque mais comprometidos não só com a preservação das vigentes estruturas econômico-sociais capitalistas, mas com a adoção de um modelo de desenvolvimento sem restrições à entrada dos investimentos do capital estrangeiro e favorável a um alinhamento internacional liderado pelos Estados Unidos, procuramos explicar a criação da Rede da Democracia, cujos esforços se voltaram para articular ideologicamente os setores civis e militares oposicionistas ao governo. A Rede da Democracia colocou a imprensa no centro das mobilizações para a reorganização do poder político e pregou uma mentalidade de guerra para combater o

⁴⁶ Roberto Marinho na Rede da Democracia: “Data da intontona não só lembra a traição, mas advertência e decisão” O Jornal, 10nov1963, p.3.

comunismo, entendido como uma forma de despotismo típica da contemporaneidade que ameaçava o ideal de liberdade sob o qual se desenvolveu a moderna civilização ocidental.

As análises dos textos de *O Jornal*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* mostraram que os representantes cariocas resgataram a tradição do discurso liberal. Foi possível encontrar semelhanças entre os textos dos jornais e o pensamento clássico de representantes do liberalismo, que atribuíram uma conotação negativa ao ingresso das massas no cenário social e político. Pensadores como Mill e Tocqueville, ao qual o texto jornalístico fez referência, bem como Ortega y Gasset, reagiram às mudanças da natureza do público com o avanço das pressões democráticas, além de enfatizarem o papel das elites na formação de uma consciência crítica como base para a liberdade do indivíduo. No âmbito do pensamento liberal brasileiro, Assis Brasil e Rui Barbosa foram considerados referências históricas, ambos representando a tradição elitista que dá prioridade ao problema da governabilidade em relação ao da representatividade.

Ao resgatarem a tradição liberal, os jornais acabaram por reproduzir o papel ambíguo desse discurso na cultura política brasileira. Não só vocalizaram demandas por liberdade, mas também apelaram para a intervenção repressiva do Estado. Isso nos leva a aceitar que a imprensa de natureza privada, defensora da economia de mercado, soube articular no momento de crise das instituições representativas os discursos liberal e autoritário. Os representantes da imprensa se apropriaram desses discursos sociais e assim agiram para evocar dois tipos de legitimidade, de modo a responder aos desafios colocados à dominação capitalista sobre o Estado. Os jornais defenderam a preservação das instituições representativas liberais, mas evocaram a legitimidade da luta contra o comunismo e a necessidade de ordem interna como condição para a retomada do desenvolvimento econômico. Isso significa que os jornais compartilharam temas abordados pela Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, que preconizava um papel interventor para os militares na sociedade brasileira.

Nesse ambiente de guerra ideológica observou-se a exaltação do caráter representativo da imprensa. O paradoxo dos jornais *O Globo*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil*, organizados na Rede da Democracia, consistiu no fato de que eles combateram o intervencionismo social e

econômico do governo Goulart na suposição de que este estava associado aos movimentos populares de massa comandados pelos trabalhistas e comunistas, visando ao desmanche das instituições representativas e à edificação de um tipo de Estado de inspiração rousseauiana, autoproclamado expressão da vontade coletiva e sem limites para se sobrepor aos direitos dos indivíduos. Ao mesmo tempo, os jornais cariocas demandaram a intervenção militar e valorizaram a imprensa como via de representação da opinião pública em detrimento do Legislativo. Desse modo, eles conferiram ao discurso jornalístico um sentido político próprio e justificaram uma posição de predominância no esquema de poder que então se configurava com a conspiração civil-militar contra o governo Goulart.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira e outros (Coord.) Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro, FGV, CPDOC, 2001.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). RJ, Paz e Terra, 1981.
- COHN, Gabriel. Sociologia da comunicação. Teoria e ideologia. São Paulo, Pioneira, 1973
- D'ARAUJO, Maria Celina. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'ARAUJO, Maria Celina. 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”, in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. O Brasil republicano, v.3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- GASSET, José Ortega y. A rebelião das massas. SP, Martins Fontes, 1987.
- MANIN, Bernard. Los principios del gobierno representativo. Madri, Alianza Editorial, 2006.
- MILL, John Stuart. Sobre a liberdade. Petrópolis, Vozes, 1991.
- MONZÓN, Cándido. Opinión pública, comunicación y política. La formación del espacio público. Madrid, Tecnos, 1996.
- MUÑOZ-ALONSO, Alejandro. “Gênesis y aparición del concepto de opinión pública”. In MUÑOZ-ALONSO, Alejandro et alii, Opinión pública y comunicación política. Eudema, 1995.

ROBIN, Régine. História e lingüística. São Paulo, Cultrix, 1977.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Vozes, 2000.